

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.438 - SP (2018/0055986-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : TATIANA SOARES DE SIQUEIRA
RECORRENTE : MAYUMI MORITA
RECORRENTE : MARIA SYLVIA TORRECILHA MOFFA
RECORRENTE : VERA LUCIA PEDRO BOM
RECORRENTE : ANGELA TEREZA LIMA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : MÁRCIA GALLO
RECORRENTE : FAYZ RAHAL
RECORRENTE : MARIA APARECIDA SAMPAIO LOPES VARGAS
RECORRENTE : MARIENE MARTINS MONTEIRO
RECORRENTE : MERCEDES TESCARO NARCIZO DE OLIVEIRA
RECORRENTE : HERACLITO DE ALMEIDA CAMARGO FILHO
RECORRENTE : DARIO WATANABE
RECORRENTE : LYDIA SUEKO YOKOYAMA KITAKAWA
RECORRENTE : ALICE MASAE TAQUEUSHI SUGAWARA
RECORRENTE : AKEMI MATSUMOTO KAGOHARA
RECORRENTE : IVETI BUSSAB ABOU MOURAD
RECORRENTE : OTILIA RIBEIRO
RECORRENTE : MARIA APPARECIDA DE OLIVEIRA SECARECHA
RECORRENTE : MARIA LUCIA DE FREITAS GIRALDI
RECORRENTE : VIRGINIA APARECIDA ANDREGHETO ASSUENA
RECORRENTE : THEREZINHA LEAO FERRAZ
RECORRENTE : VALDELICE NICOLELLA DIEGO COSTAS
RECORRENTE : ARLETE MARIA SOBRAL NAVARRO
RECORRENTE : VERA MARCIA VIESI DO CARMO ZACURA
RECORRENTE : IVONE BOTELHO RIBEIRO MARTINS
RECORRENTE : JURACI STRADIOTTO SIERRA
RECORRENTE : MARIA JOSE CALDEIRA MACHADO
RECORRENTE : LIDIA ANTONIA SARDINHA MANTOVANI
RECORRENTE : JOSE GUILHERME MANTOVANI
RECORRENTE : HEBI MARIA DE TOLEDO GUARNIERI
RECORRENTE : MARIA HELENA SILVA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : NEUSA MARIA CAMPIOTTI DE FRANCA
RECORRENTE : CLEODETE CAMARA OTECHAR
RECORRENTE : MARLENE AMANCIO VIEIRA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : MARILENE VIEIRA DE SOUZA ALVES
RECORRENTE : MARIA ALICE WISNESKI
RECORRENTE : DIVA FAQUETE ARAKAKI
RECORRENTE : FATIMA APARECIDA NUNES RODRIGUES
RECORRENTE : MARIA DE LOURDES GUAZZELLI DE ALMEIDA
RECORRENTE : MARLY SANT ANA PEREIRA
RECORRENTE : MARIA LIGIA BUENO DO PRADO
RECORRENTE : ANGELA CRISTINA CECCHINO BARTAG
RECORRENTE : MARIA INEZ BEGIATO

Superior Tribunal de Justiça

RECORRENTE : MARIA VITORIA COSTA BATISTELA
RECORRENTE : EDNA APARECIDA PEREIRA
RECORRENTE : CLAUDIA CASTELO BRANCO CARQUEIJO
RECORRENTE : MARIA SUMIKO IWASAKI
RECORRENTE : ANTONIA BATISTA CARPIN
RECORRENTE : INGEBORG KWASNISKA
RECORRENTE : ARACELE GARCIA CENTENARO
RECORRENTE : APARECIDA LOURDES MOREIRA DE SOUZA DAINESE
ADVOGADOS : TATIANA SOARES DE SIQUEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - SP267298
TALES CUNHA CARRETERO - SP318833
JOSE BENEDITO DA SILVA - SP336296
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Tatiana Soares de Siqueira e outros, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP assim ementado (e-STJ, fl. 165):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA nº 0010637-12.2004.8.26.0053 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - Indeferimento do benefício Manutenção do decisum - Litisconsórcio ativo integrado por cinquenta (50) coautores - Rateio de custas que não pode ser considerado exorbitante, seja sob o ponto de vista econômico ou da contraprestação do serviço - Ausência de comprovação da alegada hipossuficiência. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Pretensão ao arbitramento de honorários advocatícios em sede de execução de sentença proferida em mandado de segurança coletivo Descabimento Inexistência, por ora, de impugnação por parte da FESP - Exegese do artigo 85, parágrafo 7º, do NCPC Decisão mantida Recurso improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, os recorrentes sustentam violação dos arts. 85, §§ 1º e 2º, e 98 do CPC/2015, aos fundamentos de necessidade de fixação de honorários advocatícios no procedimento de habilitação de execução de sentença proferida nos autos de mandado de segurança coletivo e de efetiva comprovação dos requisitos de concessão da gratuidade de justiça.

Instada a se manifestar, a douta Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo provimento parcial do recurso.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação merece prosperar.

Compulsando-se os autos, constata-se que o entendimento assentado pela Corte de origem destoa da jurisprudência do STJ no sentido de que é cabível a execução de honorários nas execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva, ainda que proveniente de mandado de segurança, sendo certo que as disposições do art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afastam a aplicação da Súmula 345/STJ. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. CABIMENTO. SÚMULA 345/STJ.

1. É devida a verba honorária nas execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva, ainda que proveniente de mandado de segurança. Inteligência da Súmula 345/STJ. Precedente: AgInt no AREsp 1.226.407/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 1º/10/2018.

2. A disposição contida no art. 85, § 7º, do CPC de 2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345/STJ (RESP n. 1.648.498/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, Corte Especial, DJe: 27/6/2018).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 933.746/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2018)

Incide, à hipótese, o teor da Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Quanto à irresignação dos recorrentes em relação ao indeferimento da gratuidade de justiça, frise-se que o exame da questão fica prejudicado pelo provimento do pleito relativo aos honorários, haja vista a necessidade de retorno dos autos à origem.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação supra, para determinar o retorno dos autos à origem a fim de que sejam fixados os honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator